

BOLETIM 19

Brasília, 26 de novembro de 2015

País perde 818.918 empregos com carteira assinada

Até outubro, 336.437 trabalhadores foram demitidos só na indústria de transformação

O nível de emprego com carteira assinada tem se revelado um verdadeiro desastre. Segundo números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na sexta-feira (20) pelo Ministério do Trabalho, foram fechados 169.131 postos de trabalho em outubro. No acumulado do ano, houve redução de 818.918 empregos formais e nos últimos 12 meses foram demitidos 1.381.992 com carteira assinada.

De janeiro a outubro, apenas no mês de março houve saldo positivo (19.282 postos) na geração de emprego formal. Os outros meses apresentaram fechamento de vagas até chegarmos a queda de outubro, o pior resultado para esse mês na série histórica do Caged. Como faltam dois meses para fechar os números do Ministério do Trabalho, deverão ser cortados mais de 1.500.000 de empregos formais em 2015. Somados aos desempregados sem carteira assinada, totalizarão mais de 2 milhões de trabalhadores desempregados.

De janeiro a outubro, a indústria de transformação foi um dos setores que mais fechou postos de trabalho: -336.437. **Construção civil** e comércio também apresentaram

expressivos números de demissões: -253.226 e -239.293, respectivamente. Dentro da área da indústria de transformação, os setores de materiais de transporte (-60.512 postos), metalurgia (-55.654 postos), mecânica (-54.749 postos) e têxtil e vestuário (-54.481) tiveram os piores resultados.



A procura por emprego continua intensa no país

No acumulado do ano, administração pública (+11.769 postos) e agricultura (+90.784 postos) registram saldo positivo. Contudo, no acumulado dos últimos 12 meses esses dois setores também apresentaram queda no emprego celetista: -11.483 vagas e -9.211 vagas, respectivamente.

Os números do Caged registram ainda que houve fechamento de vagas em todas as regiões do país nesse período. O Sudeste registrou o pior resultado, com 496.411 demissões. No Nordeste, foram cortados 174.316 postos de trabalho. Sul, Norte e Centro-Oeste perderam 98.349, 56.234 e 6.391 vagas, respectivamente.

Em outubro, dentre as 27 Unidades da Federação, 23 três reduziram o nível de emprego formal. Os estados mais ricos do país, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram os que mais fecharam vagas,

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Governo prevê queda de 1,9% do PIB em 2016

O Ministério do Planejamento divulgou o relatório de receitas e despesas do orçamento do quinto bimestre deste ano, no qual aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) terá uma retração de 3,1% em 2015. A projeção anterior do governo era de uma variação de -2,8%. Em caso de confirmação da estimativa do governo, será o pior resultado desde 1990.

“Essa revisão de expectativas e dificuldade de previsão se explicam porque uma diminuição da atividade econômica dessa magnitude é fora do comum, mesmo considerando a repercussão direta da queda dos preços das matérias primas e a expectativa de aumento das taxas de juros americanas”, diz o relatório.

No relatório, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento observam que as expectativas de crescimento do PIB para 2015 “geradas pela agregação das estimativas produzidas pelo mercado e coligidas pelo Banco Central do Brasil”, sofreram repetidas reduções ao longo do ano: “Em julho, o indicador das expectativas de crescimento do PIB para 2015 estava próximo de -1,7%, caindo para as cercanias de -2% nos meses seguintes. Mais recentemente, houve uma aceleração dessa queda, com a previsão de uma contração superior a 3%”.

A estimativa do governo para o PIB em 2016 também é de resultado negativo: -1,9%, segundo mensagem enviada pelo Ministério do Planejamento à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Renda real do trabalhador desaba 10,4% em outubro

A explosão do desemprego no país veio acompanhado de forte queda na renda do trabalhador. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em outubro deste ano o rendimento médio real (descontada a inflação) do trabalhador caiu 7,1% (R\$ 2.182,10) em relação a outubro de 2014 (R\$ 2.345,81) e a massa de rendimento médio real desabou 10,4% na comparação anual, a maior queda desde outubro de 2003 (13%).

Em outubro, deste ano a taxa de desocupação atingiu 7,9%, a mais alta para um mês de outubro desde 2007 (8,7%). De lá para cá, o desemprego vem aumentando e a população desocupada atingiu 1,9 milhão de pessoas nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife), o maior crescimento anual de população desocupada (mais 771 mil pessoas em busca de trabalho ou 67,5%) desde o início da série em 2002. **Só na Construção Civil os dados indicam que já foram destruídos mais de 600 mil empregos.**

Fonte: Comunicação CONTRICOM

FIESP: “2015 é o pior ano para o emprego”

A indústria paulista encerrou o mês de outubro com mais 20,5 mil demitidos, totalizando 159 mil desempregados desde janeiro deste ano, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgada na quinta-feira (19). “A nossa previsão de chegar perto de 250 mil empregos a menos parece que vai se cumprir”, afirmou Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp e do Ciesp. “Continua caindo num plano de inclinação constante, a uma taxa de 20 mil a 25 mil empregos por mês”, completou.

Segundo a Fiesp, o desemprego na indústria paulista no acumulado do ano é pior do que o verificado no auge da crise financeira mundial. Em 2009, no mesmo período, a queda foi de 1,06%; em 2014, de -1,95%; este ano, o mercado de trabalho amarga uma forte queda de 6,28%. “O ano 2015, podemos garantir, é o pior ano para o emprego na indústria do Estado de São Paulo. À frente grande melhora? Pelo menos que consigamos enxergar, não”, diz Francini.

Das 20,5 mil vagas fechadas em outubro, 769 correspondem ao setor de açúcar e álcool, enquanto a indústria de transformação foi responsável por 19.731 demissões. Dos 22 setores apurados pelo Depecon, 16 demitiram, quatro ficaram estáveis e apenas dois contrataram. Das 36 regiões do Estado de São Paulo pesquisadas pelo Depecon, em outubro, 29 demitiram, quatro contrataram e três ficaram estáveis.

Na comparação com outubro de 2014, o saldo de empregos no setor ficou negativo em

237,5 mil vagas, segundo a Pesquisa de Nível de Emprego da Fiesp e do Ciesp.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Operários da construção fazem protesto em Recife

Os trabalhadores da construção civil realizaram protesto na manhã da última segunda-feira, 23, na capital Pernambucana. Em greve há mais de uma semana por reajuste salarial de 20%, os operários ocuparam a sede da Prefeitura de Recife.

A adesão já chega a 95% da categoria de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Pesada (Marreta). A presidente do sindicato Dulcilene Moraes foi recebida na Prefeitura do Recife pelo secretário executivo de governo e participação social do Recife, Gabriel Leitão, onde houve um pedido de audiência com o prefeito Geraldo Julio (PSB), a fim de pedir a suspensão do pagamento de faturas por parte da prefeitura às construtoras. Em nota a secretaria

informou, que não tem relação direta nas negociações, mas que se coloca à disposição garantir a solução do impasse.

Durante a tarde, o Sindicato se reuniu com o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pernambuco (Sinduscon-PE), que representa os patrões, porém não houve consenso entre as partes.

De acordo com Dulcilene a mudança da data-base para 1º de abril, sugerida na reunião de negociação pelo sindicato patronal, “não vai ser moeda de troca” entre as partes. Sendo que a data-base da categoria é no dia 1º de outubro deste ano. “Já foram doze rodadas de negociação e não se avança em nada”, conclui a presidente.

A categoria, além do reajuste salarial, reivindica ainda um adicional de hora extra de 100%, não ampliação de jornada de trabalho para os sábados, vale alimentação no valor de R\$ 200 e melhorias nas refeições dos operários. Os sindicatos vão se reunir novamente esta semana para novas negociações.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, reafirmou sua “solidariedade à luta dos operários de Recife”, colocando a Confederação à disposição do Sindicato para “fortalecer o movimento e garantir a vitória das justas reivindicações dos trabalhadores”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Senador Paulo Paim coordenou os trabalhos

Audiência aponta o Brasil como o 5º país mais violento para as mulheres

Os dados do Mapa da Violência 2015, elaborado por iniciativa da ONU Mulheres, mostram que 13 mulheres foram mortas por dia, no Brasil, em 2014. Entre 83 países, o Brasil ocupa a incomoda posição de 5º lugar entre os mais violentos contra a mulher. As informações foram apresentadas durante o debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta quarta-feira (25), para lembrar o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher.

Durante a audiência pública, que contou com a participação de com a participação de mulheres ligadas ao movimento sindical, o presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), ressaltou que o quadro atual ainda é grave, apesar de todos os instrumentos legais colocados à disposição da Justiça para coibir agressões



contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

Os dados levantados pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, responsável pela elaboração do Mapa da Violência 2015, também revelam o aumento da violência contra as mulheres negras no Brasil. Em dez anos, os homicídios de mulheres negras aumentaram 54%, passando de 1.864 em 2003 para 2.875, em 2013, enquanto que no mesmo período os homicídios de “não-negras” — segundo afirmou Paulo Paim — caiu 9,8%.

As mulheres que lideram a luta contra a violência, com o apoio de entidades sindicais, anunciaram o início do “ativismo pelo fim da violência”. O dia 25 de novembro é o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. A campanha só será encerrada no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nesse período serão realizadas diversas atividades, como panfletagem, atos de rua e reuniões nos sindicatos.

Fonte: Agência Senado

Faltam ações para garantir direitos de idosos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal debateu nesta quarta-feira (25) as políticas destinadas a assegurar os direitos dos idosos. A avaliação foi muito desfavorável à atuação das diferentes esferas de governo, que não estariam sendo capazes de transformar em ações práticas o conjunto de políticas e programas previstos em leis para garantir qualidade de vida à crescente população idosa, hoje mais de 25

milhões de pessoas. O debate não teve a presença de representante do governo federal, pois a convidada não compareceu à audiência pública.

Uma das questões mencionadas foi o reduzido alcance das ações de saúde, seja para prevenir problemas do envelhecimento ou tratar doenças comuns aos idosos. Outra dificuldade é a carência vagas em casas de acolhimento para os que não podem ser atendidos pelas famílias. Também não há necessária oferta de programas para que os idosos se mantêm ocupados, produtivos e integrados à sociedade. Ainda mais grave são as situações de violência a que muitos são submetidos, normalmente dentro do ambiente familiar.

O Propositor do debate, Elmano se revezou com o presidente da CAS, Edison Lobão (PMDB-MA), na direção dos trabalhos. Quanto à ausência de Neusa Pivatto Muller, que coordena a área de direitos dos idosos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, ficou acertado que ela será convocada em data a ser marcada, para prestar esclarecimentos sobre a condução das políticas nacionais para esse segmento populacional. Sua ausência motivou críticas por parte dos senadores.

A juíza Monize da Silva Freitas Marques, coordenadora da Central Judicial do Idoso, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, observou que os magistrados e outras categorias do sistema judicial têm sido criticados por suposto “ativismo”, quando demandam ao poder público medidas de assistência ao idoso que estão em lei e não são cumpridas. Cita, por exemplo, decisões para que sejam garantidas internações ou garantia de vaga em instituições de acolhimento.



Cuidador profissional

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) disse a questão do idoso é um dos temas que mais lhe sensibilizam. Citou projeto de sua iniciativa (PLS 284/2011), que foi aprovado no Senado e agora está na Câmara, que define as atribuições do cuidador de idoso e regulamenta as condições de funcionamento das instituições de longa permanência. Ele lamentou que a proposta esteja demorando a avançar na Câmara, enquanto passou por rápida tramitação no Senado.

A audiência contou com participação de diversos deputados integrantes da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Idoso.

Fonte: Agência Senado

Relatório com arrecadação menor e sem CPMF

O relator da receita da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/15), senador Acir Gurgacz (PDT-RO), entregou nesta quarta-feira (25) uma nova versão do seu parecer, a ser colocado em votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O texto eleva a arrecadação federal do próximo ano em R\$ 18,7 bilhões, em relação ao projeto orçamentário original, elevando a receita primária total a R\$ 1,42 trilhão.

Descontadas as transferências para estados, Distrito Federal e municípios, a receita primária cresce R\$ 13,2 bilhões, chegando, no próximo ano, a R\$ 1,19 bilhão. Os números apresentados hoje são inferiores à primeira versão do parecer, divulgada no início do mês, quando Gurgacz elevou a receita primária líquida, aquela que fica com a União, em R\$ 31,4 bilhões.

O senador afirma no novo texto que fez “uma consideração realista das perspectivas de arrecadação”.

O parecer divulgado aposta em uma redução geral da arrecadação com impostos e contribuições (incluindo as previdenciárias) da ordem de R\$ 5,2 bilhões, e um aumento de receitas com concessões (R\$ 12,5 bilhões), operações com ativos (R\$ 3,6 bilhões) e dividendos (R\$ 2,3 bilhões), que somam 18,4 bilhões.

CPMF e imóveis

Como já havia antecipado no início desta semana, Gurgacz não incluiu nas receitas do próximo ano a CPMF, cuja proposta de recriação (PEC 140/15) tramita na Câmara ainda sem prazo para votação. O governo defendeu, por meio de uma mensagem modificativa enviada à Comissão de Orçamento, a inclusão de pouco mais de R\$ 24 bilhões de receita com o tributo. Segundo o relator, a proposta da CPMF “enfrenta obstáculos de toda a ordem à sua tempestiva aprovação no Congresso”.

O senador também excluiu do texto uma receita extra de R\$ 10 bilhões, existente no primeiro parecer, que viria da venda de imóveis da União, parte deles localizados na Amazônia Legal. A retirada deveu-se à rejeição de uma emenda à Medida Provisória 691/15, que viabilizaria a venda em 2016.

Superavit

Os valores acolhidos pelo senador no novo parecer tornam mais difícil a situação do governo, que quer aprovar a proposta orçamentária com superavit primário. Para que isso aconteça, é necessário um esforço fiscal de R\$ 64,9 bilhões,



número que é resultado da soma do superavit do próximo ano (R\$ 34,4 bilhões), previsto no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – PLN 1/15), acrescido do valor necessário para tirar a peça orçamentária do vermelho (R\$ 30,5 bilhões).

Para chegar aos R\$ 64,9 bilhões, o Planalto anunciou um corte de despesa que, após algumas correções, ficou em R\$ 24,8 bilhões. O restante (R\$ 40,1 bilhões) viria do acréscimo da arrecadação federal em 2016, principalmente da CPMF. Como o senador Acir Gurgacz está ‘entregando’ apenas R\$ 13,2 bilhões, a proposta orçamentária, neste momento, apresenta um deficit de R\$ 26,9 bilhões.

Votação

A presidente da Comissão de Orçamento, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), vai tentar colocar em votação o relatório de Gurgacz no próximo encontro do colegiado. Há uma reunião marcada para esta quinta-feira (26), às 10 horas. A oposição avisou que aceita votar, mas, antes de um acordo, quer conhecer o texto e discutir com o relator eventuais alterações.

Fonte: Agência Senado

Aprovado relatório sobre reestruturação do SUS

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira (18) o relatório do deputado Paulo Foletto (PSB-ES) sobre os trabalhos da subcomissão especial que estuda a reestruturação, a organização, o funcionamento e o o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

O texto aprovado sugere duas propostas de emenda à Constituição (PEC) e um substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 1645/15, do deputado Odorico Monteiro (PT-CE), que disciplina o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (Coap) – espécie de parceria entre os entes federativos para melhorar a dinâmica das políticas públicas na área de saúde.

De acordo com Foletto, o governo precisa redefinir os critérios de aplicação mínima de recursos federais na saúde. Ele lembrou que em 2000, a cota da União no financiamento era de 58,6%, caindo para 42,4%, em 2014. “A participação da União ficou estagnada em torno de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos últimos anos, enquanto estados e municípios parecem ter esgotado sua capacidade financeira”, disse.

Além da redução do repasse pela União, o relator explicou que o SUS tem sido prejudicado pela execução incompleta do orçamento do Ministério da Saúde (neste ano, anunciado corte de R\$ 13 bilhões no orçamento federal da saúde) e pela Desvinculação das Receitas da União (DRU), que retira recursos da Seguridade Social, que deveriam financiar a saúde, a previdência e a assistência social.

Fonte: Agência Câmara

Governo promove leilão de 29 hidrelétricas

Com objetivo de arrecadar R\$ 17,0 bilhões através do bônus de outorga, R\$ 11,0 bilhões dos quais serão arrecadados no ato da assinatura da concessão, o governo federal promoveu nesta



quarta-feira (25), a realização do leilão de privatização de 29 usinas hidrelétricas, com destaque para as Usinas de Três Marias, Jupuíá e Ilha Solteira, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

As usinas deste leilão totalizam uma geração de energia elétrica de cerca de 6,0 mil Mega Watts. Ilha Solteira com 3,44 MW; Jupuíá 1,55 MW e Três Marias 0,396 MW, totalizam 5,39 MW e representam 89,8% dos MWs a serem leiloados. Comparativamente o lote a ser leiloadado soma um pouco mais do que a metade do que Belo Monte com geração de 11,2 MW a terceira maior usina do mundo.

“O leilão representa a privatização de usinas já pagas pelo povo. O povo brasileiro pagará duas vezes pela mesma hidrelétrica: uma vez já foi paga até aqui e até o ano 2.045 vamos ficar pagando novamente para repassar R\$ 17 bilhões aos banqueiros através de pagamento juros da dívida pública”, afirmou o integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Gilberto Cervinski, pois o reembolso dos consórcios vencedores será realizado por meio das contas de luz.

Os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda divulgaram, na terça-feira(17), a minuta do ofício que está sendo encaminhada ao Congresso Nacional confirmando que a meta de déficit primário será alterada para R\$ 51,8 bilhões - o maior rombo fiscal da história - para as contas do governo, que inclui as receitas de R\$ 11,05 bilhões do leilão de hidrelétricas.

As hidrelétricas foram construídas há mais de 30 anos e pertencem, até o leilão, às companhias estaduais de energia de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo – respectivamente Cemig, Copel, Celesc e Cesp.

Elas não aceitaram renovar suas concessões em 2012 em troca de redução nos preços das tarifas, que comprometeriam o resultado operacional das mesmas, no contexto da redução artificial das tarifas de energia elétrica, que explodiram durante este ano.

O Fórum Nacional em Defesa das Águas está convocando ato público contra a privatização das usinas hidrelétricas para o próximo dia 25, em São Paulo. A atividade começa às 12h, na Avenida Paulista, nº 900, em frente ao prédio da TV Gazeta.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Dias 27 a 29 de novembro

Local: São Paulo (SP), onde participa, representando a CONTRICOM, no dia 27, da solenidade de inauguração da nova sede da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) de São Paulo. Mazinho é o atual vice-presidente nacional da Nova Central.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)